

ATRIBUIÇÕES DA(O) PSICÓLOGA(O) ESCOLAR PELA PERSPECTIVA DE PROFESSORAS(ES) FRENTE AO MANUAL DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA REFERENTE A LEI Nº 13.935: UM ESTUDO DE CASO^I

Gabriella Caroline Rosa Vieira^{II}
Viviane Bastos^{III}

Resumo: Com a aprovação da Lei nº 13.935/19 novos cenários se instalaram na educação brasileira, em que, psicólogas(os) e assistentes sociais passaram a integrar a equipe multiprofissional da educação básica no Brasil. Este artigo apresenta uma pesquisa e seus resultados, que teve como objetivo avaliar a perspectiva de professores de ensino fundamental II de uma escola pública estadual da região de Palhoça diante das atribuições da psicóloga(o) escolar e educacional frente ao Conselho Federal de Psicologia. Com os seguintes objetivos específicos: identificar a contribuição da psicóloga(o) diante os processos de ensino aprendizagem e escolarização pela perspectiva de professores; identificar a contribuição da psicóloga(o) diante políticas públicas articulando com a comunidade pela perspectiva de professores; identificar a contribuição da psicóloga(o) diante escolarização e promoção de acessibilidade de crianças com necessidades especiais ou/e com deficiência pela perspectiva de professores.; identificar a contribuição da psicóloga(o) diante as atividades de articulação entre psicóloga(o), assistente sociais e equipe pedagógica para planejamento de intervenções educacionais e comunitárias e de formação continuada pela perspectiva de professores. A pesquisa foi de objetivo descritivo, de caráter qualitativo, de recorte transversal e delineamento de estudo de caso. Foram entrevistados 3 professores que aderiram ao convite de participação para esta pesquisa de uma escola da região de Palhoça, o instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada e teve como análise dos dados coletados a análise de conteúdo de Bardin. Na análise de dados foi observado professores conscientes da necessidade do psicólogo escolar e educacional, porém, com dificuldade de identificar o limite da atuação do profissional, atribuindo então, uma postura de um profissional onipotente. O discurso dos professores contemplou todos os aspectos previsto pelo Manual sobre a atuação do psicólogo escolar e educacional, como também, atribuiu funções não previstas no Manual, como por exemplo; atendimento psicológico na modalidade psicoterápica para professores e equipe.

Palavras-chave: Psicologia escolar. Psicologia educacional. Lei nº 13.935/19.

1 INTRODUÇÃO

Encontramos nacionalmente um contexto inabitual nas escolas públicas brasileiras por conta da Lei nº 13.935, que entrou em vigor no dia 11 de dezembro de 2019 e consiste na obrigatoriedade de psicólogos e assistentes sociais presentes nas escolas públicas. A referida

^I Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. 2021.

^{II} Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: gabriella.caroline@unisul.br.

^{III} Mestra em Educação – Professora na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. E-mail: Viviane.bastos@unisul.br.

Lei tem movimentado debates acerca da atuação do psicólogo escolar e Psicologia e Educação, sendo esses debates relativamente recentes no âmbito da Psicologia, como ciência e profissão.

A Lei em questão possui 3 artigos que contemplam a atuação do psicólogo e assistente social no contexto da educação básica, sendo eles:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de Psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A partir da Lei nº 13.935/2019 o Conselho Federal de Psicologia (2020) elaborou em parceria com o Conselho Federal de Assistente Social o Manual de orientação para a regulamentação da lei. Na qual, documento prevê normativas que embasam a atuação da psicóloga(o) escolar e o(a) assistente social, relatório das ações estratégicas realizadas pela coordenação nacional em âmbito federal, subsídio para a regulamentação da lei, atribuições da psicóloga(o) e assistente social, entre outras.

O projeto de Lei nº 3.688/2000 foi publicado no Diário da Câmara dos Deputados (2000) tinha como desígnio a implementação de profissionais de serviço social em cada unidade escolar pública. Anos mais tarde, com o recebimento de outros projetos de lei que tinham o mesmo teor, e conjuntos de apensos, foi publicada no site Câmara dos Deputados (2003), a revisão do referido projeto que reforçava a importância da participação de assistentes sociais e de psicólogos na estrutura funcional das escolas públicas. Ambos os profissionais foram considerados fundamentais para a garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral do indivíduo. E, foi em 2019 que o projeto de Lei nº 3.688/2000 foi transformada na Lei nº 13.935/2019.

Os primeiros registros de uma aplicação da Psicologia moderna na Educação, ocorreu a partir do desenvolvimento dos estudos de Binet, de acordo com Mulder e Heyting (1998 apud VIEIRA; CAMPOS, 2011) tivemos a escala métrica de Binet, originalmente na França entre os anos de 1900 a 1950, que foi utilizada como instrumento facilitador para diagnóstico em crianças, na qual, tinha a pretensão de identificar crianças que necessitassem de uma educação especial.

No contexto brasileiro, de acordo com Antunes (2006), entre 1930 a 1962, a produção de conhecimento e experiências educacionais estava voltada para um olhar da ciência psicológica, na qual, a psicometria estava fortemente presente na época. Para Patto (1997), a escala de Binet se dissipou pelo país, anos seguintes vieram acompanhados por testes de personalidade com caráter científico, que deu oportunidades para identificar “normais” e “não normais” como também, “ajustados” e “desajustados”.

Essa visão foi influenciada pelas concepções da época, e no mesmo período a Psicologia foi reconhecida como profissão, em que, a Lei nº 4119, de 27 de agosto de 1962, reconhecia a Psicologia como profissão e dispõe sobre o ensino da Psicologia em faculdades e universidades, no entanto “[...] a profissão do psicólogo é reconhecida, mas a atuação do profissional na escola estava alicerçada numa perspectiva clínica, para atender individualmente as crianças com problemas de aprendizagem” (ANTUNES, 2003 *apud* ANTUNES, 2008, p. 15).

Além da Psicologia Escolar possuir aproximações históricas com a Psicometria, compreende que “[...] historicamente, a área escolar tenha se caracterizado como um desmembramento da área clínica, o que gerou a visão de uma Psicologia Escolar clínica” (ANDALÓ, 1984, p. 44).

Antunes (2008), afirma que em 1930 a Psicologia se desenvolveu e iniciou os Serviços de Orientação Infantil nas Diretorias de Educação do Rio de Janeiro e de São Paulo e da Clínica do Instituto Sedes Sapientiae, com objetivo de receber crianças que possuíam dificuldades escolares. E, no mesmo período o ensino formal de psicologia em cursos superiores tinha estreita articulação com a educação e a Psicologia estava presente nos cursos de Filosofia e de Pedagogia.

Foi apenas “nos anos 1980, que [...] muitos teóricos passam a criticar o foco na criança, no educando, no olhar que enfatizava o desenvolvimento individual e a utilização de instrumental psicométrico, psicanalítico ou a teoria da carência cultural” (BARBOSA; SOUZA, 2012, p. 170). As autoras complementam que, atualmente:

[...] a função do psicólogo escolar é de modo crítico buscar ir às origens e raízes do processo de escolarização, compreender suas diferentes facetas, incluir em seu trabalho uma atuação junto ao aprendiz, aos docentes, à família, à escola, à Educação como um todo e à sociedade em que está inserida (BARBOSA; SOUZA, 2012, p.170).

Compreende que “foram muitos os objetos de estudo, finalidades, métodos e técnicas [...] no campo de conhecimento da Psicologia Educacional e Escolar. Essas modificações ocorreram [...] devido à mudança acerca da visão de homem, de mundo, de educação, escola e sociedade.” (BARBOSA; SOUZA, 2012, p. 171). Assim também, compreende que há uma vasta modificação de compreensão de Psicologia Escolar e Educacional, tendo em vista que

dentro de um período relativamente curto, a Psicologia Educacional e Escolar teve diversas transformações quanto ao seu objeto de estudo e compreensão de sujeito.

Para Gomes e Meireles (2007), há uma necessidade em discutir sobre as partes que constituem o processo de ensino aprendizagem, e compreender em quais aspectos o psicólogo em contexto escolar pode contribuir para o processo ensino-aprendizagem, como também, no desenvolvimento individual, coletivo e institucional dos sujeitos envolvidos.

Diante disto, se faz necessário diálogo sobre a perspectiva de professores diante da atuação do psicólogo escolar, que tenha como ponto de partida o seguinte problema de pesquisa: qual a percepção de professores de Ensino Fundamental II de escola pública estadual da região de Palhoça diante da atuação da(o) psicóloga(o) escolar em comparação ao manual do Conselho Federal de Psicologia referente a Lei 13.935/2019?

De acordo com Lomônaco (1999), existem autores que não acreditam na possibilidade de uma educação com as contribuições da Psicologia, por outro lado, de acordo com o autor acima, a maior parte dos estudiosos acreditam e defendem a Psicologia sendo aplicada nos processos de aprendizagem, e, almejam essa possibilidade. A ideia de Psicologia e Educação como complementares circunda as teorias psicológicas e educacionais por algum tempo, porém, no campo prático, a Psicologia Escolar se mostra ainda em grande defasagem.

Neste sentido, entende que se faz necessário realizar pesquisas científicas voltadas à Psicologia Escolar e a sua atuação nas escolas públicas. Neves (2002, *et al*), afirma que, a área da Psicologia Escolar carece de uma produção teórica mais consistentes e sistematizada, que permita aos psicólogos uma apropriação do conhecimento psicológico e sua ressignificação no contexto das práticas escolares.

O objetivo desta pesquisa foi avaliar a perspectiva de professores de ensino fundamental II de uma escola pública estadual da região de Palhoça diante das atribuições da psicóloga(o) escolar e educacional frente ao Conselho Federal de Psicologia. Com os seguintes objetivos específicos: identificar a contribuição da psicóloga(o) diante os processos de ensino aprendizagem e escolarização pela perspectiva de professores; identificar a contribuição da psicóloga(o) diante políticas públicas articulando com a comunidade pela perspectiva de professores; identificar a contribuição da psicóloga(o) diante escolarização e promoção de acessibilidade de crianças com necessidades especiais ou/e com deficiência pela perspectiva de professores.; identificar a contribuição da psicóloga(o) diante as atividades de articulação entre psicóloga(o), assistente sociais e equipe pedagógica para planejamento de intervenções educacionais e comunitárias e de formação continuada pela perspectiva de professores.

2 MÉTODO

Segundo Gil (1999, p. 27), “a ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos” e seu objetivo é desenvolver um trabalho científico que responda ao problema de pesquisa”. Diante disto, buscou nesta pesquisa seguir um método sistematizado para garantir a cientificidade da pesquisa e responder à pergunta de pesquisa que foi previamente estipulada.

Para esta pesquisa, optou-se por um objetivo descritivo, que para Peres e Santos (2005), visa à compreensão de determinado grupo estudado, como também o enfoque indutivo do pequeno grupo. Esta pesquisa tem caráter qualitativo, que de acordo com Cezar-Ferreira (2004), a pesquisa qualitativa, não demanda uma quantidade grande de sujeitos. Para esta modalidade há uma preocupação maior pela profundidade do estudo com o sujeito de pesquisa, e, por conta da amplitude do fenômeno estudado. Para a autora, a pesquisa qualitativa permite interagir com cada participante individualmente, e, propiciando momentos por meio do diálogo que o sujeito possa abertamente explicitar como determinado fenômeno ocorre com ele. Com base também no tempo, optou-se pela pesquisa transversal.

De acordo com Mota (2010, p.145), “os estudos transversais comparam indivíduos diferentes num mesmo momento”, em que os dados são coletados em um espaço curto de tempo, sem previsões longitudinais, mas sim, dados que refletem o momento atual do fenômeno estudado.

Quanto ao delineamento optou-se para um estudo de caso. Para Peres e Santos (2005), os estudos de caso visam o enfoque em um objeto específico e que permitem generalizações futuras, porém, o pesquisador para isso deve delimitar o objetivo com clareza, e para permitir fazer generalizações é necessário pegar casos típicos para estudo. Caso o pesquisador tenha interesse em estudar a individualidade da manifestação de determinado caso, sugere-se pegar casos que sejam atípicos.

2.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A escola escolhida para a execução desta pesquisa está localizada no bairro Barra do Aririú, no município de Palhoça - SC. O número de professores da escola escolhida é aproximadamente de 20 professores, mas, considerando os critérios de exclusão e inclusão desta pesquisa, os participantes que se enquadraram são de nove professores, sendo estes dados, confirmados pela diretoria da escola.

Para esta pesquisa, optou-se uma amostra de 5 professores devido à complexidade do objeto de estudo desta pesquisa, como também, a participação voluntariada na pesquisa. Porém, apenas três professores aceitaram participar, apesar de todos terem sido convidados. Os professores participantes cumpriram três critérios para inclusão nesta pesquisa: 1) atuar na referida escola de análise; 2) possuir no mínimo dois anos como professor em sala de aula no ensino fundamental II na mesma escola; 3) ser professor do ensino fundamental II independente da carga horária.

Para os critérios de exclusão, considerou fora da pesquisa: professores que não possuíam no mínimo dois anos de atuação na mesma escola na data da entrevista prevista em calendário; professores auxiliares, segundo professor e professores do ensino fundamental I.

Quadro 1 - Professores Participantes

Professor(a)	Sexo	Tempo de serviço na escola	Disciplina
P1	F	11 anos	Português 5º e 6º
P2	M	2 anos	História 5º e 6º
P3	F	3 anos	Ciências 6º e 7º

2.2 INSTRUMENTO

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada. Para Alves e Silva (1992), grande parte dos estudos utiliza a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada demanda uma composição de tópicos a serem investigados, que servirá de roteiro para o pesquisador acerca do fenômeno estudado e suas variáveis previstas.

De acordo com Silva (et al, 2015), a entrevista semiestruturada permite uma maior flexibilidade nas perguntas feitas aos entrevistados, como também, possibilita uma compreensão do fenômeno pela sua totalidade. O instrumento foi desenvolvido com base nos 15 itens elencados pelo Conselho Federal de Psicologia (2020) no Manual para a(o) psicóloga(o) escolar. Tais itens foram norteadores para a condução da entrevista.

2.3 PROCEDIMENTOS

Para os procedimentos de contato, os participantes dessa pesquisa foram comunicados pela diretora da escola sobre a pesquisa. A mesma disponibilizou o link para a inscrição dos

professores no Google formulário. A fim de manter o distanciamento social, em virtude desta pesquisa ter sido realizado no momento da pandemia de Covid-19, todas as entrevistas foram realizadas via Microsoft Teams e foram gravadas mediante autorização do sujeito de pesquisa, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Para o procedimento de análise dos dados, com o intuito de ser ter confiança nos resultados alcançados pela pesquisadora, se fez importante realizar uma análise dos dados que garanta rigor científico. Diante disto, a presente pesquisa adotou a técnica de análise de conteúdo de Bardin, em que Godoy (s/p 1995 apud CÂMARA, 2013), afirma que consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte.

Para Câmara (2013) há possibilidades de uma análise com categoria a priori e categorias posteriori, e optou para esta pesquisa uma análise com categorias a priori, sendo estas categorias o agrupamento dos 15 itens do Manual do Conselho Federal de Psicologia (2020). As categorias são: Atuação da(o) psicóloga(o) escolar diante os processos de ensino aprendizagem; Atuação da(o) psicóloga(o) escolar diante políticas públicas na escola; Atuação da(o) psicóloga(o) escolar diante crianças com deficiências e/ou especiais; Atuação da(o) psicóloga(o) escolar em articulação com a equipe pedagógica e processos de formação continuada. Para a análise de conteúdo, é preciso que haja um impulsionador, no caso presente, de uma pergunta que a pesquisadora se faz.

Para o procedimento de organização, todas as entrevistas foram transcritas a fim de possibilitar uma leitura flutuante, os trechos foram retirados do discurso e armazenados em tabela do Excel nas suas respectivas categorias. A tabela consiste em identificação do sujeito de pesquisa nomeado como P1, P2 e P3 que corresponde “P” para professora(o), em seguida a categoria, em seguida unidade de texto complementar, na qual consiste no trecho do discurso extraído da entrevista, em seguida, o item da categoria a qual a unidade de texto complementar corresponde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as perguntas introdutórias, os professores foram questionados sobre seus conhecimentos diante a Lei nº 13.935 de setembro de 2019. Todos os professores afirmaram saber da sua existência e aprovação dela, porém, relataram que souberam por outros profissionais das suas redes de contato. Paese (2020) identificou que os professores não tinham conhecimento da aprovação da lei, a autora relata que “um ponto que chama atenção está

relacionado ao fato de os professores não estarem totalmente cientes da aprovação da referida lei e, alguns, até demonstrarem em sua expressão certa surpresa quando mencionada a sua aprovação e entrada em vigor neste ano de 2020” (PAESE, p.85, 2020).

Agora em 2021, os professores entrevistados possuíam conhecimento sobre a aprovação da lei, mas relataram não saber como será a sua implementação nem quando esses profissionais irão chegar, como também se será um profissional por escola ou por região. Levanta-se a hipótese de que, a pandemia possa ter atrasado a implementação da lei, visto que, a pandemia afastou os professores das salas de aula e a atenção das secretárias de educação foram voltadas a logística da educação híbrida e outros assuntos emergentes.

Ainda nas questões introdutórias, os professores ao serem questionados sobre palavras que remetem ao psicólogo escolar, apareceu palavras como; ajuda, apoio, orientação, capacitação, intervenção, companheiro e complementar. Tais palavras elencadas pelos professores remetem a um trabalho coletivo e interligado, e que, vai ao encontro com o que a Lei nº 13.935 prevê no Art. 1º, onde afirma que, as redes públicas de educação básica contarão com serviços de Psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

O termo “orientação/orientador” apareceu como resposta de dois professores durante as entrevistas, e está estipulado pelo Manual do Conselho Federal de Psicologia em parceria com o Conselho Federal de Assistência social (2020) em três itens elencados sobre a atuação do psicólogo escolar e educacional o papel de orientador. Visto que, o manual afirma que o psicólogo orientará em casos que se apresentar dificuldade de processos de escolarização; orientação para a regulamentação da Lei nº 13.935 de 2019 e orientar as equipes educacionais na promoção de ações que auxiliem na integração família, educando, escola e nas ações necessárias à superação de estigmas.

Os professores também foram questionados sobre a atuação da psicóloga escolar em quatro diferentes facetas de atuação, sendo elas; atuação da psicóloga escolar diante os processos de ensino aprendizagem, atuação da psicóloga escolar diante as políticas públicas na escola, atuação da psicóloga escolar diante crianças com deficiência e/ou necessidades especiais e a psicóloga em articulação com equipe pedagógica e processos de formação continuada.

3.1 PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E ESCOLARIZAÇÃO

Para alcançar o objetivo específico identificar a contribuição da psicóloga(o) diante os processos de ensino aprendizagem e escolarização pela perspectiva de professores, os professores foram questionados sobre a possibilidade da contribuição do psicólogo e as possibilidades de intervenção diante os processos de ensino aprendizagem e escolarização.

Dentre os itens do Manual do Conselho Federal de Psicologia, que se tinha como expectativa de respostas dos professores, são: participar da elaboração dos projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos em Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem, na perspectiva da promoção da aprendizagem de todos os alunos, com suas características peculiares; contribuir com a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, juntamente com as equipes pedagógicas, garantir o direito a inclusão de todas as crianças e adolescentes; orientar nos casos de dificuldades nos processos de escolarização e realizar avaliação psicológica a partir das necessidades específicas identificadas no processo educativo.

Quanto a possibilidade da atuação do psicólogo escolar e educacional, de modo unanime, todos os professores afirmaram que sim, o psicólogo escolar e educacional pode contribuir com os processos de ensino aprendizagem e escolarização.

Diante da possibilidade de intervenção nos processos de escolarização e ensino aprendizagem, especificamente nos projetos pedagógicos, os professores relataram não possuir conhecimento específico para lidar com questões psicológicas que permeiam o processo ensino aprendizagem. Foi relatado que, o projeto pedagógico é construído com base nas demandas encontradas em sala de aula, e as demandas perpassam questões de abuso sexual, violência doméstica e carência social.

Diante disto, o P3 afirmou que o acolhimento psicológico antecede o aprendizado e que, sente falta de um conhecimento específico para dar conta das demandas das crianças que frequentam a escola, em relato do P3; “Então, eu trabalho só com o sexto e sétimo ano, então muita menina escreveu questão de abuso. Então, como que uma menina que foi abusada, vai trabalhar?”.

A perspectiva dos professores em relação a atuação do Psicólogo(a) escolar vai ao encontro do exposto no Manual de atuação do Psicólogo Escolar e Educacional, que afirma sobre “a possibilidade da(o) psicóloga(o) trabalhar conteúdos sobre do desenvolvimento, assim

como, questões sobre relações interpessoais que permeiam o processo educativo” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 47).

Para o Conselho Federal de Psicologia (2019), as ações devem envolver os diferentes aspectos do processo de escolarização, como por exemplo; relações familiares, grupo de amigos, práticas institucionais e contexto social. Neste sentido, corresponde à percepção dos professores que, ao considerarem que o núcleo familiar impacta diretamente no ensino aprendido da criança e que a família deve ser assessorada quando necessário. O P3 relata que:

Aparentemente ele era um menino bom sabe? Até o momento que ele presenciou a mãe enforcada. Ele empurrou o menino [irmão] para não ver a mãe enforcada. E essa situação mexeu muito comigo, por quê? Porque o menino ficou afastado da escola uns três meses em função disso, voltou à escola normalmente, como se nada tivesse acontecido. E como é que a gente vai trabalhar com uma criança que passou por essa situação normal? Ele vai voltar para sala normal e a gente tem que trabalhar com ele normal? Não tem como. Né? Não tinha um laudo específico dizendo que ele poderia ter acompanhamento ou que poderia ter um segundo professor. Então, às vezes dava umas crises nele. Então a gente teve que trabalhar essa situação sozinha e não tinha como e ele já estava um menino no sexto ano e já era um menino de quinze anos no sexto ano.

De acordo com Del Prette e Del Prette (1998), as dificuldades de aprendizagem podem ser origens de falhas nas relações na qual a criança está envolvida, sendo assim, é de suma importância conhecer a dimensão social da criança, e, a partir disto, buscar estratégias de comunicação interpessoal, principalmente a mediada pelos professores.

Diante da fala do professor entrevistado P3, foi observado que a sua principal dificuldades é articular os planejamentos pedagógicos com questões psicológicas trazidas pelos alunos e articular com os processos de ensino-aprendizagem. Tal dificuldade já foi prevista, e que “o desafio é, então, gestar intervenções que articulem as diversas dimensões humanas e as relações dos humanos nos contextos de ensino-aprendizagem e nas instituições escolares” (CRUSES, 2003 apud COUTINHO, et al, 2015, p. 105).

Ainda sobre a dificuldade de articulação entre aplicabilidade dos planejamentos pedagógicos com as questões psicológicas dos alunos a P1 afirma: “eu tive Psicologia da Educação, mas, foi nem de longe o que vivenciei [na escola]. Então, acho que seria isso, um caminhar com o professor. O que eu faço com essa situação? Como é que eu faço com essa situação?”

Há, também, a atribuição ao psicólogo escolar e educacional do papel de orientador na execução dos projetos pedagógicos, conforme relatado por P1: “o psicólogo poderia dizer, podemos caminhar por aqui, podemos ir por ali. Não deu certo, o que poderíamos fazer? A [diretora] tem experiência, está lá e nos ajuda nisso, mas ela não é psicóloga.”

Em outro momento a preocupação com a orientação para desenvolver os projetos pedagógicos apareceu no discurso dos entrevistados, e que, os projetos pedagógicos precisariam ser melhor articulados, e deste modo, o profissional em Psicologia poderia contribuir para uma melhor implementação. De acordo com P2:

Vamos ter no ensino médio Projeto de Vida. Eu acho que essa disciplina projeto de vida ela deveria ter sido inserida não somente no ensino médio, mas, desde o fundamental II levando até o final do ensino médio. Então, eu acho que o psicólogo em si, ele poderia ter, de certa forma, estar ajudando, né, tanto os professores, como os próprios alunos com relação a essa disciplina, por que o que acontece hoje nas salas de aula? Você entra, e olha aquela quantidade de alunos ali perdidos, né? Eu tenho bastante turmas do nono ano que já antes da pandemia não sabiam que direcionamento profissional tomar futuramente ou não tinham perspectiva ou não falavam disso, quando se falava de Enem parecia que eu estava falando grego.

Os professores atribuíram ao psicólogo escolar o papel de orientador para a construção e implementação dos projetos pedagógicos, como também, manejo com os alunos diante novas demandas psicológicas trazidas pelos alunos. As intervenções de acordo com os três professores, tem como protagonismo às relações familiares que permeiam situação de abuso sexual, violência física e psicológica. Coutinho (et al, 2015), afirma que, há uma diversidade de concepções teóricas que se propõem a contribuir com o processo ensino aprendizagem, oportuno se faz destacar o que é proposto na abordagem histórico-cultural, pois, é nela que se abre espaço para compreender a criança no seu primeiro núcleo social, a família.

De grosso modo, os professores não negaram a participação do psicólogo escolar e educacional diante os processos de ensino aprendizagem e escolarização, e, pelo contrário. Todos os professores reconheceram limitações no seu trabalho, principalmente quando as situações perpassam a negligência infantil ou questões psicológicas.

Mesmo os professores verbalizarem que acham o psicólogo de extrema importância, tiveram dificuldades de descrever sua atuação. Comparado ao Manual do Conselho Federal de Psicologia, os professores contemplaram em parte, pois, os itens relacionados a especificidade da profissão não foram citados, como por exemplo, o item de avaliação psicológica a partir das necessidades específicas identificadas no processo educativo. Nenhum professor considerou um recurso do psicólogo escolar e educacional a avaliação psicológica para embasar sua atuação.

3.2 ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) ESCOLAR DIANTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESCOLA

Para atingir o objetivo identificar a contribuição da psicóloga(o) diante políticas públicas articulando com a comunidade pela perspectiva de professores, foram questionados diante a possibilidade da contribuição e possibilidades de atuação do psicólogo escolar e educacional diante as políticas públicas.

Dentre os itens do Manual do Conselho Federal de Psicologia, que se tinha como expectativa de respostas dos professores, são: participar da elaboração de políticas públicas; contribuir com programas e projetos desenvolvidos na escola; atuar nas ações e projetos de enfrentamento dos preconceitos e da violência na escola; propor articulação intersetorial no território, visando à integralidade de atendimento ao município, o apoio às unidades educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social e propor e participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar sobre temas relevantes da sua área de atuação.

De acordo com Moraes (et al, 2019), o conceito de políticas públicas é amplo, pois envolve ações governamentais diferenciadas, além do envolvimento de entidades, grupos e da população em geral. As políticas públicas são compostas por ações diversificadas e específicas, regulamentadas por diretrizes documentais, cujo objetivo é fornecer respostas às demandas da sociedade e garantir os direitos sociais em diversas áreas, como saúde, trabalho e educação.

Os professores quando questionados sobre a atuação do psicólogo educacional e escolar diante das políticas públicas, apresentaram dúvidas na definição de políticas públicas. Como disse P3, ao interrogar: “Quando você fala em políticas públicas, você quer falar em quê?”.

Ao ser questionado sobre a atuação do psicólogo diante as políticas públicas, P2 afirma:

Eu acho que não somente, né? Da escola, mas se pensar a nível municipal, como o a nível estadual, nós temos as propostas curriculares, né? Do município de Palhoça, do município de São José e a do estado todo que a proposta curricular do estado de Santa Catarina a contribuição seria muito importante. E nós estamos chegando em um período da sociedade atual muito complicado e a questão de tudo ser muito rápido, ser muito instantâneo e às vezes os jovens não terem cuidado com relação ao outro, né?

O entrevistado P2 não citou nenhuma política pública documentada que visasse a garantia de direitos da criança e do adolescente, porém, citou projetos que fazem parte do planejamento pedagógico que os professores realizaram. Quando questionado sobre as políticas públicas em vigor na escola, P2 afirma:

A professora de artes [...] fizeram um projeto bem legal em relação ao [...] assédio de meninas, né? Tipos de assédio, o que era assédio, o que pode ser considerado assédio, como denunciar, né? De que forma a menina, a garota, entende que foi realmente assediada. Então, vira e mexe a professora de artes, [...] e a outra professora de história estão fazendo assim, projetos legais. Mas nesse presente momento não [nenhum projeto em execução].

Dentre os itens do Manual do Conselho Federal de Psicologia que remetem as políticas públicas, destacamos: 2. Participar da elaboração de políticas públicas 10. Propor articulação intersetorial no território, visando à integralidade de atendimento ao município, o apoio às unidades educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social. Relacionando com o item 2, o entrevistado P2 quando questionado das possibilidades de atuação do psicólogo escolar e educacional, diante sua contribuição nas políticas públicas, afirma que:

Na questão da capacitação, porque cada professor possuía a sua limitação, né? Eu sou formado em história, mas quando se trata em questão de identidade de gênero, né? Eu não adentro muito porque eu tenho a minha limitação, é um universo grande, complexo, então eu preciso estudar e às vezes um psicólogo já é vindo com uma bagagem cultural, uma bagagem de conhecimento poderia ajudar, né? A como elaborar determinado projeto, qual o objetivo desse projeto ou dessa política pública para comunidade em si, né?

Para a entrevistada P1, quando questionada sobre as políticas públicas afirma:

Nós tínhamos o PROERD para crianças do quinto, sexto e nono ano, mas eu não lembro de ter projetos assim. Nós temos um projeto de leitura uma vez por semana. Tínhamos um projeto de leitura tem um projeto da horta que as professoras do primário ainda continuam apesar de ter pandemia fazem. Eu acho que são só esses.

Após perguntar para P1 sobre as contribuições do psicólogo escolar e educacional para os projetos que estão acontecendo na escola, mesmo não sendo caracterizados como políticas públicas, responde:

Eu acho que uma nova visão. Nós professores e eu inclusive com 20 anos [de profissão] pensa que não vai dar certo. Acho que não vai dar certo mesmo e às vezes não pensar ou estar cansado ou às vezes desistir. É verdade. É um psicólogo e aquilo que eu falei para você é um olhar novo para a escola porque nós estamos ali sempre do mesmo modo todos os anos, mas a rotina não é mais a mesma. Se você for lá na escola hoje você vai ver mudança. Nós temos um auditório que não pode usar por causa da pandemia. Nós temos salas e laboratórios que não pode usar porque não tem uma rede que comporta. Nós temos uma biblioteca que está empilhadas de livros porque não tem onde guardar esses livros. Temos uma biblioteca legal. Só que chegaram o Livro do Ano do ano que vem para as crianças e não tenho de guardar. Então não posso levar meus alunos para fazer um trabalho na biblioteca. Primeiro porque não tem espaço para uns 15 alunos, ela tem espaço, mas, eles têm que estar em distância o espaço com o distanciamento não comporta os 15 alunos.

E ainda complementa:

Talvez no início o novo olhar. E se você fizesse desse jeito e se nós tentássemos desse jeito aí talvez nós não estaríamos. Não vou falar sozinho porque nós não estamos sozinho. Trabalho na escola, mas temos as duas assistentes pedagógicas e tem a C. e

a I. que ajuda. Só que também elas não estão sobrecarregadas. O que eu escuto uma criança uma mãe dizer que o filho que ela foi violentada elas já escutaram isso mais de 20 vezes de pessoas diferentes. Então eu não tenho a noção de como que é para elas. Se eu sou sobrecarregada, vou lá dou minha aula vem embora, mas claro que me preocupo com o aluno. Elas estão ali todos os dias inclusive hoje uma criança, uma menina um menino que voltou agora por obrigação do APOIA. O APOIA foi em casa buscá-lo. Ele tinha que voltar para a escola estava fumando um cigarro eletrônico.

Apesar de que, os professores apresentaram dificuldades em delimitar uma definição para política públicas e o objetivo delas para os alunos e família, tanto P1 e P2 apresentaram ciência da necessidade de intervenções mais articuladas para a garantia de direito das crianças e adolescentes. Ambos compreendem que se faz necessário o trabalho em rede para sanar problemas como assédios relatado pelas meninas, quanto à evasão escolar.

As políticas públicas acontecem “com pais, familiares ou responsáveis, a(o) psicóloga(o) pode refletir sobre o papel social da escola e da família, assim como sobre as problemáticas que atravessam a vida de pais e filhos’ (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, p.44, 2019). Essa atuação deve ser integralizada. Para Andrada (2003), quando pensamos em processo de formação dos alunos não podemos excluir a participação ativa das famílias e certamente dos educadores.

Mesmo os professores apresentando baixo repertório e afinidade com políticas públicas, ambos os professores reconheceram o baixo assistencialismo da escola para dar conta das demandas sociais da região que a escola está situada. O Conselho Federal de Psicologia prevê que as políticas públicas sejam articuladas também entre família, porém, a demanda desta escola está muito mais atrelada a negligência das crianças e violência sexual e física por parte dos próprios pais, e então, o trabalho com eles se torna fragilizado.

Os professores apontaram que diante questões que envolvem os pais diante violência seja ela de qual for, é comunicado o Conselho Tutelar e/ou o CRAS para o acolhimento da família e criança.

3.3 ATUAÇÃO DA(O) PSICOLOGA(O) ESCOLAR DIANTE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS E/OU ESPECIAIS

Para alcançar o objetivo específico identificar a contribuição da psicóloga(o) diante escolarização e promoção de acessibilidade de crianças com necessidades especiais ou/e com deficiência pela perspectiva de professores, os professores foram questionados sobre a possibilidade da contribuição do psicólogo e as possibilidades de intervenção diante

escolarização e promoção de acessibilidade de crianças com necessidades especiais ou/e com deficiência.

Dentre os itens do Manual do Conselho Federal de Psicologia, que se tinha como expectativa de respostas dos professores, são: promover ações voltadas à escolarização do público-alvo da educação especial e promover ações de acessibilidade.

Quando questionados sobre a atuação do psicólogo na escola diante demandas para escolarização de crianças com necessidades especiais, o P2 relata que:

Então, o psicólogo às vezes no quesito de poder ajudar, poderia estar na escola, né? Atuando juntamente com o segundo professor, porque às vezes o segundo professor ele tem uma especialização em educação inclusiva, mas ele também não possui conhecimento. Para falar a verdade, eu já tive professores que tinham acabado de fazer especialização em educação especial, né? E não sabiam como adaptar a atividade para o aluno que era autista.

Diante de Gomes e Souza (2011), há diferentes aspectos que dificultam os processos de inclusão de crianças com necessidades especiais, e, dentre eles é observado a falta de uma atuação qualificada para tal demanda, como também, a falta de recursos e materiais adequados e a falta de acessibilidade física nas escolas. Para os autores, os enfrentamentos e problemas na sua atuação são concretos, visto que tais problemas assolam muitas das escolas do país, e que, a(o) psicóloga(o) então, terá de enfrentar estas dificuldades na qual, demandará uma formação política e ideológica para uma atuação crítica.

Apesar de, nesta pesquisa não ter sido citada como queixa dos professores a falta de material acessível e acessibilidade física da escola, a preocupação com a atuação qualificada do segundo professor aparece em outro relato, de acordo com P1:

Essa ponte entre professor e segundo professor, porque a maioria delas são pedagogos que também não têm experiência e estão agora pegando um caminho. E elas também não têm experiência em tudo. Então vocês talvez levariam essa ponte. O professor de português trabalha esse conteúdo. Como que você vai transpor para que ele alcance seu objetivo. Eu acho que seria esse o caminho. Seria uma ponte um diálogo entre nós professores que são nove porque eles também fazem milagre porque eles têm que adaptar nove disciplinas.

Para o Conselho Federal de Psicologia (1992), entende como atribuições do psicólogo escolar:

Colaborar com a adequação, pelos professores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis no desempenho reflexivo de seus papéis; desenvolver, com os participantes do trabalho escolar, atividades com o intuito tanto preventivo como resolutivo; elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, visando, mediante ação coletiva e interdisciplinar, o estabelecimento de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno; participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e

políticas educacionais, concentrando sua ação em aspectos relativos aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participar da avaliação e redirecionamento das práticas educacionais, dentre outras.

Para os professores entrevistados, observou-se uma preocupação maior com a qualificação dos segundos professores, visto que, no relato do professor o segundo professor não sabia como adaptar o conteúdo para uma criança com transtorno do espectro autista. Diante disto, remete a reflexão se a formação de professores que trabalham com crianças com necessidades especiais está sendo de acordo com a realidade educacional.

Diante o relato dos professores, o psicólogo escolar e educacional pode estar junto com o segundo professor repensando abordagens e ações que permitem a criança estar incluída no ambiente escolar e se apropriar de habilidades escolares ou/e habilidades sociais.

3.4 A(O) PSICOLOGA(O) EM ARTICULAÇÃO COM EQUIPE PEDAGÓGICA E PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Para alcançar o objetivo específico identificar a contribuição da psicóloga(o) diante as atividades de articulação entre psicóloga(o), assistente sociais e equipe pedagógica para planejamento de intervenções educacionais e comunitárias e de formação continuada pela perspectiva de professores, os professores foram questionados sobre a possibilidade da contribuição do psicólogo e as possibilidades de intervenção dentro desta temática.

Dentre os itens do Manual do Conselho Federal de Psicologia, que se tinha como expectativa de respostas dos professores, são: orientar as equipes educacionais na promoção de ações que auxiliem na integração família, educando, escola e nas ações necessárias à superação de estigmas que comprometam o desempenho escolar dos educandos; propor ações, juntamente com os professores, pedagogos, alunos e pais, funcionários técnico-administrativos e serviços gerais, e a sociedade de forma ampla, visando melhorias nas condições de ensino, considerando a estrutura física das escolas, o desenvolvimento da prática docente, a qualidade do ensino, entre outras condições objetivas que permeiam o ensinar e o aprender; Propor e contribuir na formação continuada de professores e profissionais da educação, que se realiza nas atividades coletivas de cada escola, na perspectiva de constante reflexão sobre as práticas docentes e Participar da elaboração de projetos de educação e orientação profissional.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2007), a(o) psicóloga(o) escolar realiza atividades direcionadas com alunos, professores e funcionários e atua em parceria com

a coordenação da escola, familiares e profissionais que acompanham os alunos em ambiente externo ao escolar e partindo de duas vertentes: a preventiva e a que requer ajustes ou mudanças.

Apesar de a escola ser considerada um espaço para desenvolvimento de crianças e adolescentes, os professores trouxeram num primeiro que, o psicólogo poderia abarcar assuntos de saúde mental com os próprios professores, e que isto iria contribuir para um profissional mais preparado para a sala de aula. Em relato P3 afirma:

E [o psicólogo] vem também para diminuir a sobrecarga do professor. Entendeu? Através do quê? o próprio o psicólogo ter um próprio atendimento ao professor, né? Tipo, uma vez na semana o psicólogo está ali para ouvir o que que nós temos as nossas angústias. Para não também misturar assunto particular de casa com escola e nem trazer o problema da escola para dentro de casa.

A sobrecarga de trabalho é assunto mais presente no discurso dos professores e a sua dificuldade para a gestão desse esgotamento, em outro relato P2 afirma:

Melhorias com relação a saúde mental, né? E para tu ter noção e eu só estou acerca de praticamente sete anos na área da docência. Eu amo história, né? Mas eu vou te falar a verdade nunca passou na minha cabeça de fato ser professor, isso foi consequência de realmente ter feito uma graduação e desde que eu me entendo por aluno como gostar sempre de história, acabei, né? Me tornando um professor porque não dá para viver de pesquisa no Brasil, é muito complicado. Então, temos que ir para sala de aula, né? E futuramente eu tô saindo da área, né? Eu já tô fazendo a minha segunda graduação, que é na área de tecnologia, comecei a pouco tempo, mas eu vou sair da sala de aula porque é uma sobrecarga muito grande sabe? Não é culpa somente claro existem professores e professores.

Em outro relato, o entrevistado afirma que, o psicólogo poderia ajudar os professores a compreender melhor as variáveis envolvidas no fracasso escolar, e poderia auxiliar na construção de estratégias para identificar as causas do fracasso escolar. Em relato P1 afirma:

Eu teria outro olhar que tenho. Eu acho que o aluno tem que reprovar se ele não sabe isso e isso e isso. OK. Não tem condições. Mas também se ele não tem condições nesse momento. Como é que ele vai aprender? Você vai ver a mãe apanhando do pai. Se ele vê a irmã passando fome. As a realidade dele. Uma reprovação vai surtir efeito na vida dessa criança? Não vai. Um psicólogo também teria essa função às vezes de mostrar para o professor que acha que é só conteúdo, conteúdo, conteúdo e eu falo isso por exemplo só conteúdo, conteúdo, conteúdo, né? Já foi assim, só que agora a gente tem um novo olhar é reprovar essa criança, será que eu não tô jogando-o na rua? É fracassado? Três anos, uma criança de três anos reprovada, ela vai estar com dezesseis ou dezessete, não vai se sentir de igual para igual quando para os de treze que estão chegando.

Para Andaló (1984), o psicólogo escolar como agente de mudanças dentro da instituição-escola, onde funcionaria como um elemento catalizador de reflexões, um conscientizador dos papéis representados pelos vários grupos que compõem a instituição. Este agente de mudança se concretiza na “[...] constituição de grupos operativos com alunos, professores e equipe técnica, no sentido de encaminhar uma reflexão crítica sobre a instituição,

incluindo o processo de ensino-aprendizagem, a relação professor-aluno [...]” (ANDALÓ, 1984, p.46).

Andaló e o relato do P3 estão de acordo com o Manual que visa nos itens seis, que é “orientar as equipes educacionais na promoção de ações que auxiliem na integração família, educando, escola e nas ações necessárias à superação de estigmas que comprometam o desempenho escolar dos educandos”; e ao item sete, que é “propor e contribuir na formação continuada de professores e profissionais da educação, que se realiza nas atividades coletivas de cada escola, na perspectiva de constante reflexão sobre as práticas docentes”. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

Neste sentido, para Andaló (1984), se faz necessário propiciar momentos de reflexão, dessa maneira, procuramos remover a atenção sobre o aluno como única fonte de dificuldades, como o único responsável e culpado pela crise na qual a escola passa, propiciando uma visão geral e mais compreensiva desta crise, considerando outros fatores que envolvem o baixo rendimento escolar ou dificuldades de desenvolvimento, e com isto, encontrar formas alternativas de enfrentá-la. De acordo com a autora, o papel da(o) psicóloga(o) envolve principalmente com as relações interpessoais dos professores e seus alunos, e que, faz parte deste fazer da(o) psicóloga(o) proporcionar momentos de reflexão sobre a prática educativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos projetos pedagógicos e o ensino-aprendizagem foi observado uma dificuldade de definição das atribuições dos psicólogos escolares e educacionais, e, uma falta de nomeação das possibilidades de intervenção do psicólogo escolar e educacional. Porém, os professores entrevistados estavam mais inclinados a proporcionar um acolhimento e resolução dos problemas em vez de, atribuir a culpa exclusivamente à criança.

Os professores verbalizaram a sua dificuldade de acolher demandas de crianças vulneráveis socialmente em sala de aula, e que, não possuem formação o suficiente para propiciar um acolhimento necessário para que então, a aprendizagem aconteça.

Foi observado uma dificuldade de delimitar a função do psicólogo escolar e educacional na escola, e, a descrição das atividades foi pouco fundamentada no discurso dos professores. Porém, entre os aspectos avaliados dentro das quatro categorias principais, todos os professores entenderam que a atuação seria possível nas quatro categorias. Diante disto, se observou pelos discursos dos professores que, a compreensão da atuação do psicólogo escolar e educacional

não veio por uma formação acadêmica, mas sim, por uma vivência no contexto social que a escola estudada possui.

Diante a categoria de políticas públicas, os professores também apresentaram dificuldade de delimitar algum projeto, seja já realizado ou em vigor na escola. Dentre os projetos em vigor na escola, nenhum deles possui caráter de políticas públicas pela falta de sistematização na intervenção, falta de normativa regulamentadora e constante avaliação dos resultados oferecido pelos projetos. Os professores citaram projetos pedagógicos como projetos de políticas públicas e mesmo com esta apresentação, foi questionado a atuação do psicólogo escolar e educacional diante destes projetos.

Foi observado uma atribuição do psicólogo escolar e educacional como orientador, visto que, pela perspectiva dos professores o profissional de psicologia seria a pessoa mais adequada a orientar os projetos vigentes na escola, atribuindo ao profissional uma postura de referência para dar rumo aos projetos. Levanta-se o questionamento de que, os professores não levantaram a hipótese de que o psicólogo poderia ser agente formador para os professores desenvolver novas habilidades para seguir com projetos de forma autônoma, e que, o psicólogo teria que, constantemente ser consultado diante os rumos de uma situação.

Quanto à formação continuada dos professores, apenas um professor citou a possibilidade de ressignificação da relação aluno e professor, e que, nesta ressignificação estaria atrelada em remodelar o planejamento de intervenção com a criança, afim compreender todas as variáveis envolvidas no processo de ensino aprendizagem. E para os outros dois entrevistados, relataram uma necessidade de o psicólogo escolar e educacional atender as demandas dos professores, tais demandas estão relacionadas ao excesso de trabalho, adoecimento psíquico por falta de formação qualificada e gerenciamento de todas as atividades que o professor deve dar conta.

De grosso modo, o psicólogo possui possibilidades de intervenções com alunos, professores, família, instituição e profissionais da rede de assistência básica em saúde mental, entre demais profissionais extra a escola que esteja envolvido no desenvolvimento da criança. Diante disto, há diversas possibilidades de atuação, sejam elas preventivas, ou que requerem mudanças, são funções intensificadas com uma realidade social de vulnerabilidade.

Todos os professores entrevistados citaram de alguma forma que se sentem impactados psicologicamente diante vivências de situações de abusos, abandono, evasão escolar entre outros. Os professores afirmaram que, acabam levando trabalho para casa, passam os dias preocupados com os alunos e dois professores participantes relataram possuir doenças psicossomática relacionado ao estresse no trabalho.

Diante disto proponho uma reflexão sobre a necessidade de avaliar o número de profissionais para cada unidade escolar, para que, o psicólogo não seja apenas mais um profissional a participar de uma rede de adoecimento psíquico diante todas as demandas e especificidades de cada escola. Por mais que, a obrigatoriedade de o assistente social estar presente na escola poderá contribuir ainda mais, a atuação do psicólogo escolar e educacional será muito mais efetiva quando avaliado o número de profissionais necessários para cada demanda e compatível com as horas regulamentadas pelo Conselho Federal de Psicologia.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. **Focos de intervenção em psicologia escolar. Psicologia Escolar e Educacional**. 2003, v. 9, n. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572005000100019>>. Acesso em: 02 de jul. 2021.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 22, p. 79-94, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. esc. educ.**, Dez 2008, vol.12, no.2, p.469-475. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572008000200020&script=sci_arttext> Acesso em: 3 de mar. 2021.

ANDALÓ, Carmem Silvia De Arruda. O papel do psicólogo escolar. **Psicologia: Ciência e profissão**, Brasília, v.4, n.1, p.43-46, 1984. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98931984000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BARBOSA, Deborah Rosária; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. PSICOLOGIA EDUCACIONAL OU ESCOLAR? EIS A QUESTÃO. **Revista semestral da associação brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v.16, n.1, p.163-173, jan-jun de 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/18.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 3688/2000. 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>. Acesso em: 05 de jul. 2021.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v.6, n.2, p.179-191, dez, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>>. Acesso em: 25 de jun. 2021.

CEZAR-FERREIRA, Verônica A. da Motta. A pesquisa qualitativa como meio de produção de conhecimento em psicologia clínica, quanto a problemas que atingem a família. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 6, n. 1, p. 81-95, jun. 2004 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872004000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **A(o) psicólogo(a) e a(o) assistente social na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da lei nº 13.935, de 2019** / Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. 1. Ed. – Brasília: CFP, p. 1-36, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/manualassistenciaispsicologo2020.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica**, 2. ed., Brasília, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf> Acesso em: 05 de abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n.º 013/2007**. Brasília (DF), 14 de setembro de 2007. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf> Acesso em: 08 de abr. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Manual de psicologia escolar e educacional**, Curitiba, Gráfica e Editora Unificado, 2007. Disponível em: <<https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/157.pdf>> Acesso em: 02 de mai. 2021.

COUTINHO, André Felipe Jales, et al. A Psicologia na escola - (re)pensando as práticas pedagógicas. **Psicol. educ.** n.40, São Paulo jun. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752015000100008/> Acesso em: 15 abr. 2021.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. Desenvolvimento interpessoal e educação escolar: o enfoque das habilidades sociais. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 6, n. 3, p. 217-229, dez. 1998 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X1998000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 jul. 2021.

DIARIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. N.2 v.184, QUINTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2000. BRASÍLIA-DF. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02NOV2000.pdf#page=121>. Acesso em: 02 de jul. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Claudia; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 86, p. 185-193, 2011 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2021.

GOMES, Sheyla Karoline da Silva; MEIRELES, Algeless Milka. A concepção dos professores a respeito da atuação do psicólogo nas escolas privadas/ensino fundamental-Teresina. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 11, set. 2007 . Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 jul. 2021.

LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. Psicologia e Educação: Hoje e Amanhã. **Psicol. Esc. Educ.** Campinas, v.3, n.1, s/p, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85571999000100002. Acesso em: 09 abr. 2021.

MORAES, Carolina M. Políticas educacionais e Psicologia: uma revisão da literatura. **Psicol. teor. prat.** v.21, n.3, São Paulo set./dez. 2019. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872019000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 24 de abr. 2021.

MOTA, Márcia Maria Peruzzi Elia da. Metodologia de Pesquisa em Desenvolvimento Humano: Velhas Questões Revisitadas. **Psicol. pesq.** v.4 n.2, Juiz de Fora dez. 2010. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472010000200007 Acesso em: 28 de mai. 2021.

NEVES, Marisa M. Brito da J. Formação e atuação em Psicologia Escolar. **Psicologia ciência e profissão**, v.22, n.2, p.2-11, 2002.

PAESE, Marlize. QUEIXA ESCOLAR E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES. **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS CHAPECÓ.** Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3894/1/PAESE.pdf>. Acesso em: 09 de nov. 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. Introdução à psicologia escolar. São Paulo, **casa do psicólogo**, 3º ed., 1997, p. 01-469.

PORTARIA NORMATIVA Nº 2034. **Diário Oficial – Educação.** 2020. Disponível em: <http://dados.sc.gov.br/dataset/670c2dab-cabb-4105-805f1730b24a85aa/resource/181f240a-38a2-4159-b09b9163b84bf5cb/download/resolucao-cederural-n-051-de-13.11.2020.pdf> Acesso em: 21 de jun. 2021.

PERES, Rodrigo; SANTOS, Manoel Antônio dos. Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia. **Interações**, São Paulo , v. 10, n. 20, p. 109-126, dez 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2021.

SEM AUTOR. **A Psicologia no Brasil. Psicol. cienc. prof., Brasília** , n. 0, p. 9-59, dez. 1979. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931979000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2021.

VIEIRA, Rita de Cássia; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Notas sobre a introdução, recepção e desenvolvimento da medida psicológica no Brasil. **Temas psicol**, Ribeirão Preto, v.

19, n. 2, p. 417-425, dez. 2011. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2021.